

Ao Ilustríssimo
Dr. Diogo Leonardo Machado de Melo
DD. Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo

Em sequência o texto solicitado, à sua apreciação:

A proposta de inclusão, no art. 37 da Constituição Federal, do *princípio da transparência*, complementa o disposto no art. 14, referente aos *direitos políticos* do cidadão: plebiscito, referendo.

Cidadania, o “direito a ter direitos”, conforme refere Hannah Arendt, exige participação cidadã e a *transparência*, isto é, “princípio segundo o qual se exige da administração pública que dê conhecimento de seus atos aos administrados, através da sua publicação nos órgãos oficiais de divulgação” (Larousse Cultural, Nova Cultural, 1988, p. 5738); “que deixa perceber um sentido oculto, evidente, claro” (Dicionário Básico da Língua Portuguesa, Folha/Aurélio, Nova Fronteira, 1988).

De todo necessário e procedente, portanto, apresenta-se o acréscimo proposto ao citado art. 37 da Constituição de 1988.

Cumprimentos.
Maria Garcia